

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO
COORDENADOR

REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA APET

ANO XI - EDIÇÃO 41 - MARÇO 2014

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA:

- do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Portaria COJUD n. 06, de 14 de novembro de 2005, deferido pela Exmo. Sr. Desembargador Federal Diretor da Revista Carlos Fernando Mathias)
- do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Portaria n. 04, de 29 de abril de 2005, deferido pela Exma. Sra. Desembargadora Federal Diretora da Revista Salette Nascimento)
- do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (sob o n. de inscrição 23 – Portaria n. 02, de 26 de outubro de 2005, deferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Federal Luiz Carlos de Castro Lugon, Diretor da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da Quarta Região)
- do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (sob n. 14 – Despacho do Exmo. Sr. Desembargador Federal Diretor da Revista José Baptista de Almeida Filho, publicado no DJU de 5 de setembro de 2005, seção 2, página 612)
- do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 07 de novembro de 2008. Despacho do Ministro-Diretor da Revista do STJ.
- do Supremo Tribunal Federal, a partir de 21 de outubro de 2009. Registro de número 045-09. Processo n. 33352, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, 21 de outubro 2009.

MP
EDITORA



Editoração
Mônica A. Guedes

Diretor responsável
Marcelo Magalhães Peixoto

Impressão e acabamento
Yangraf

Ano XI – Edição 41 – Março 2014

Tiragem: 3.000

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2014
Rua Manoel da Nóbrega, 211 cj. 42
04001-906 – São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3467-2676
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

ISSN: 1806-1885

CONSELHO EDITORIAL

André Elali
Clélio Chiesa
Cristiano Carvalho
Edison Carlos Fernandes
Edmar Oliveira Andrade Filho
German Alejandro San Martín Fernández
Guilherme Cezaroti
Guilherme von Müller Lessa Vergueiro
Helenilson Cunha Pontes
Igor Nascimento de Souza
Ives Gandra da Silva Martins
José Maria Arruda de Andrade
Júlio Maria de Oliveira
Leonardo Freitas de Moraes e Castro
Marcelo de Lima Castro Diniz
Marcelo Magalhães Peixoto
Paulo César Conrado
Roberto Wagner Lima Nogueira
Tácio Lacerda Gama



APET – Associação Paulista de Estudos Tributários
Rua Manoel da Nóbrega, 211 cj. 42
04001-906 – São Paulo-SP – Brasil – Fone: (11) 3105-7132



INSTRUÇÕES PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA DA APET

A *Revista de Direito Tributário da APET* é uma publicação especializada em Direito Tributário, portanto todos os artigos enviados devem versar sobre esse tema.

A publicação dos artigos não importará em retribuição financeira para o(a) autor(a) por parte da MP Editora ou por parte da APET.

A remessa espontânea dos artigos significará a cessão dos direitos autorais à Revista e, uma vez publicados, será permitida posterior reprodução, desde que citada a fonte.

É de responsabilidade do(a) autor(a) a observância da Lei n. 9.610/98.

Os artigos devem ser inéditos e datados do dia da elaboração. Todas as citações devem estar acompanhadas da respectiva fonte de referência.

Os arquivos deverão ser enviados em documento de Word, tendo um mínimo de 15 e um máximo de 20 páginas, observadas as seguintes configurações:

- a) fonte Arial tamanho 11 para o corpo do texto e Arial 9 para as notas de rodapé e citações; espaçamento entre linhas de 1,5 cm.
- b) margens em página com formato A4: superior 2,5 cm; inferior 2,5 cm; esquerda 3,0 cm; e direita 3,0 cm. O espaçamento entre linhas é 1,5 cm;

O(A) autor(a) deverá enviar também um minicurrículo de seu histórico profissional e acadêmico, bem como os dados para contato.

Os artigos poderão ser encaminhados para o Coordenador Geral da Revista, Marcelo Magalhães Peixoto, por e-mail (mmp@mpeditora.com.br) ou, na forma impressa, para o endereço: Rua Manoel da Nóbrega, 211 cj. 42, Paraíso, CEP 04001-906, São Paulo – SP.

Após o recebimento, os artigos serão avaliados pelo Conselho Editorial da Revista.



AUTORES

COORDENADOR GERAL DA REVISTA

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO

RESPONSÁVEL PELA JURISPRUDÊNCIA DA REVISTA

GUILHERME CEZAROTI

EDUARDO BAYLÃO ALVES

Advogado. Sócio do Escritório Blazius, Frizzo & Lorenzetti Advogados. Especialista em Direito Tributário.

EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

Conselheiro representante da Fazenda Nacional na Primeira Seção de Julgamento do CARF. Ex-Julgador na DRJ – Recife (PE). Mestre em Direito e Especialista em Direito Constitucional e em Comércio Exterior.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, UNIP, UNIFIEO, UNIFMU, do CIEE/O ESTADO DE SÃO PAULO, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME, Superior de Guerra – ESG e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região. Professor Honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia). Doutor *Honoris Causa* das Universidades de Craiova (Romênia) e da PUC-Paraná, e Catedrático da Universidade do Minho (Portugal). Presidente do Conselho Superior

de Direito da FECOMERCIO – SP. Fundador e Presidente Honorário do Centro de Extensão Universitária – CEU/Instituto Internacional de Ciências Sociais – IICS.

MARCIO RODRIGO FRIZZO

Advogado Tributarista. Sócio e Diretor do Escritório Blazius, Frizzo & Lorenzetti Advogados Associados. Parecerista. Consultor. Especialista em Direito e Planejamento Tributário pela SPEI. Especialista em Gestão Empresarial pela Univel. Conselheiro Titular da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

MARIA APARECIDA MARTINS DE PAULA

Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Especialista em Direito Tributário pelo Ibet – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários.

MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES

Advogada em São Paulo, integrante da Advocacia Gandra Martins. Especialista em Direito Tributário pelo Centro de Extensão Universitária, atual IICS – Instituto Internacional de Ciências Sociais. Membro do Conselho Superior de Direito FECOMÉRCIO – SP. Membro do Conselho do IASP. Membro da Diretoria da Academia Brasileira de Direito Tributário – ABDT. Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas e Professora do Centro de Extensão Universitária.

SUMÁRIO

ARTIGOS	11
NECESSIDADE DE APERFEIÇOAMENTO DO FUNCIONAMENTO DAS DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO: QUESTIONAMENTOS SOBRE A PUBLICIDADE E A INCONDICIONAL OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA	13
<i>Eduardo Martins Neiva Monteiro</i>	
1. Introdução	13
2. Breves anotações acerca do funcionamento das DRJ	15
3. A publicidade mitigada	18
4. A questionada obrigatoriedade de os Julgadores obedecerem a atos normativos emitidos pela Receita Federal	25
5. Conclusões	32
MULTA DE OFÍCIO E MULTA ISOLADA: HÁ CONCOMITÂNCIA?	35
<i>Marcio Rodrigo Frizzo</i>	
<i>Eduardo Baylão Alves</i>	
1. Introdução	35
2. Da obrigação como instituto jurídico e do laço vinculativo entre o credor e o devedor	36
3. Do recolhimento mensal sobre bases estimadas (art. 2º da Lei n. 9.430/96) e da natureza jurídica das antecipações mensais	42
4. Das hipóteses de incidência da multa de ofício e da multa isolada	47
5. Da crítica aos entendimentos existentes	53
6. Da conclusão	56
LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO NA REVISÃO ADUANEIRA	57
<i>Maria Aparecida Martins de Paula</i>	
Introdução	57
1. A tributação na importação	58
2. Lançamento tributário	63
3. Lançamento tributário na revisão aduaneira	74
Considerações finais	89
Referências	91

PARECER 95

ARBITRAMENTO. ARBÍTRIO SEM FUNDAMENTAÇÃO LEGAL –
INTELIGÊNCIA DE PRINCÍPIOS E NORMAS CONSTITUCIONAIS
SOBRE A HIPÓTESE DE IMPOSIÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E
OUTROS TRIBUTOS – PARECER 97

Ives Gandra da Silva Martins

Marilene Talarico Martins Rodrigues

JURISPRUDÊNCIA 155